

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	40
--	----

Motivos de Reapresentação	41
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.383.093
Preferenciais	64.383.093
Total	128.766.186
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.419.869	1.446.768
1.01	Ativo Circulante	303.708	165.398
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.366	5.070
1.01.02	Aplicações Financeiras	168.700	48.580
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	168.700	48.580
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	168.700	48.580
1.01.03	Contas a Receber	86.040	83.198
1.01.03.01	Clientes	86.040	83.198
1.01.03.01.01	Contas a Receber	85.573	82.608
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	467	590
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.420	2.997
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.695	758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.487	24.795
1.01.08.03	Outros	30.487	24.795
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações Derivativos	29.651	24.525
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	657	196
1.01.08.03.05	Outros Créditos	179	74
1.02	Ativo Não Circulante	1.116.161	1.281.370
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	92.071	114.875
1.02.01.07	Tributos Diferidos	45.278	58.302
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.278	58.302
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	272	331
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	46.521	56.242
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	46.142	55.751
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	87	87
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	292	404
1.02.03	Imobilizado	60.158	63.636
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	41.625	44.360
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	18.533	19.276
1.02.04	Intangível	963.932	1.102.859

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.419.869	1.446.768
2.01	Passivo Circulante	403.550	428.272
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.911	5.415
2.01.01.01	Obrigações Sociais	599	769
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.312	4.646
2.01.02	Fornecedores	28.116	32.869
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.116	32.731
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	138
2.01.03	Obrigações Fiscais	23.897	20.544
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.084	13.120
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.100	0
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	8.984	13.120
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.813	7.424
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	6.813	7.424
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	184.993	182.174
2.01.04.02	Debêntures	184.993	182.174
2.01.05	Outras Obrigações	78.384	73.284
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.507	34.484
2.01.05.02	Outros	34.877	38.800
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.037	26.037
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	8.840	12.763
2.01.06	Provisões	82.249	113.986
2.01.06.02	Outras Provisões	82.249	113.986
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	82.249	113.986
2.02	Passivo Não Circulante	454.265	539.636
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	245.588	317.862
2.02.01.02	Debêntures	245.588	317.862
2.02.02	Outras Obrigações	14.650	17.688
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.650	17.688
2.02.04	Provisões	194.027	204.086
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.652	15.532
2.02.04.02	Outras Provisões	181.375	188.554
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	181.375	188.554
2.03	Patrimônio Líquido	562.054	478.860
2.03.01	Capital Social Realizado	399.910	392.376
2.03.04	Reservas de Lucros	24.868	86.484
2.03.04.01	Reserva Legal	10.822	18.355
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.809	11.809
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.237	56.320
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	137.276	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	363.338	999.044	340.833	954.136
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-243.265	-689.972	-219.275	-630.129
3.02.01	Custo de Construção	-31.863	-82.242	-29.343	-72.358
3.02.02	Provisão de Manutenção	-15.829	-45.161	-15.931	-45.435
3.02.03	Depreciação e Amortização	-86.781	-240.508	-70.345	-203.726
3.02.04	Custos com Obrigações Poder Concedente	-6.013	-18.547	-5.696	-16.187
3.02.05	Serviços	-97.442	-286.834	-92.930	-277.540
3.02.06	Custo com Pessoal	-2.635	-8.236	-2.576	-7.417
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-736	-2.426	-612	-1.939
3.02.08	Outros	-1.966	-6.018	-1.842	-5.527
3.03	Resultado Bruto	120.073	309.072	121.558	324.007
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.779	-67.059	-18.655	-63.811
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.453	-69.439	-19.365	-63.269
3.04.02.01	Serviços	-11.932	-35.963	-12.112	-36.445
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.781	-5.511	-1.639	-5.144
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.803	-13.313	-2.834	-8.773
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-169	-800	-205	-933
3.04.02.05	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-2.329	-5.101	-569	-1.293
3.04.02.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	3.213	2.879	1.926	-1.257
3.04.02.07	Lei Rouanet, Incentivos Audiovisuais, Esportivos e Outros	-1.194	-2.251	-270	-1.382
3.04.02.08	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-242	-790	-286	-748
3.04.02.09	Contribuições a Sindicatos e Associações de Classe	-216	-785	-449	-1.887
3.04.02.10	Aluguéis de Imóveis e Condomínios	-9	-26	-8	-43
3.04.02.11	Gastos com Viagens e Estádias	-27	-134	-55	-132
3.04.02.12	Ressarcimento ao Usuário	-2.513	-6.469	-2.425	-4.166
3.04.02.13	Outros	-451	-1.175	-439	-1.066
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	808	2.729	806	1.625
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-134	-349	-96	-2.167

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	100.294	242.013	102.903	260.196
3.06	Resultado Financeiro	-9.726	-28.931	-15.483	-56.132
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	90.568	213.082	87.420	204.064
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.198	-75.806	-29.913	-70.301
3.08.01	Corrente	-23.839	-62.782	-35.565	-93.441
3.08.02	Diferido	-9.359	-13.024	5.652	23.140
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	57.370	137.276	57.507	133.763
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	57.370	137.276	57.507	133.763
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,44554	1,06609	0,44660	1,03881
3.99.01.02	PN	0,44554	1,06609	0,44660	1,03881
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,44554	1,06609	0,44660	1,03881
3.99.02.02	PN	0,44554	1,06609	0,44660	1,03881

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	57.370	137.276	57.507	133.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	57.370	137.276	57.507	133.763

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	362.063	407.051
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	477.834	444.987
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	137.276	133.763
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.024	-23.140
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	246.019	208.870
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	349	2.167
6.01.01.05	Juros e Variação Monet. sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	33.652	41.293
6.01.01.06	Capitalização de Custo de Empréstimos	-8.829	-4.758
6.01.01.10	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	75	87
6.01.01.11	Constituição e Reversão da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	2.894	4.837
6.01.01.12	Juros e Variação Monetária Cessão de Crédito com Partes Relacionadas	736	1.222
6.01.01.13	Constituição da Provisão de Manutenção	45.161	45.435
6.01.01.14	Ajustes a Valor Presente Provisão de Manutenção	21.221	21.521
6.01.01.16	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	0	-5.647
6.01.01.17	Resultado de Operações com Derivativos	-15.832	18.156
6.01.01.18	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	-2	-8
6.01.01.19	Atualização Monetária da Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	2.090	1.189
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-115.771	-37.936
6.01.02.01	Contas a Receber	-3.040	4.595
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	182	25
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	1.577	-619
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	-930	-642
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	-461	-1.156
6.01.02.06	Fornecedores	-4.751	-5.197
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	4.888	1.019
6.01.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	496	-428
6.01.02.09	Impostos e Contribuições a Recolher e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	54.980	89.330
6.01.02.10	Pagamento com Imposto de Renda e Contribuição Social	-51.627	-87.244
6.01.02.12	Realização da Provisão de Manutenção	-105.298	-24.549
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-3.923	-8.301
6.01.02.14	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários	-7.864	-4.769
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-214.388	-81.303
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-14.757	-7.873
6.02.02	Adições de Ativo Intangível	-79.511	-73.430
6.02.04	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgate	-120.120	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-137.379	-241.798
6.03.01	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-54.082	-30.904
6.03.02	Liquidação de Operações com Derivativos	11.685	-18.703
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Pagamentos Principal)	-79.758	-168.779
6.03.07	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Pagamentos J	-14.719	-22.531

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.03.08	Cessão Onerosa - Pagamento de Juros	-505	-881
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.296	83.950
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.070	216.746
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.366	300.696

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	392.376	0	86.484	0	0	478.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	392.376	0	86.484	0	0	478.860
5.04	Transações de Capital com os Sócios	7.534	0	-61.616	0	0	-54.082
5.04.01	Aumentos de Capital	7.534	0	-7.534	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.082	0	0	-54.082
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.276	0	137.276
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.276	0	137.276
5.07	Saldos Finais	399.910	0	24.868	137.276	0	562.054

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	422.376	0	54.212	0	0	476.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	422.376	0	54.212	0	0	476.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-30.904	0	0	-30.904
5.04.06	Dividendos	0	0	-30.904	0	0	-30.904
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	133.763	0	133.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	133.763	0	133.763
5.07	Saldos Finais	422.376	0	23.308	133.763	0	579.447

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	1.095.205	1.042.836
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.086.460	1.038.140
7.01.02	Outras Receitas	8.829	4.758
7.01.02.01	Juros Capitalizados	8.829	4.758
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-84	-62
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-488.575	-468.210
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-310.668	-299.750
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-50.504	-50.667
7.02.04	Outros	-127.403	-117.793
7.02.04.01	Custos de Construção	-82.242	-72.358
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-45.161	-45.435
7.03	Valor Adicionado Bruto	606.630	574.626
7.04	Retenções	-246.019	-208.870
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-246.019	-208.870
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	360.611	365.756
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.244	63.570
7.06.02	Receitas Financeiras	52.244	63.570
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	412.855	429.326
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	412.855	429.326
7.08.01	Pessoal	19.586	14.431
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.472	11.737
7.08.01.02	Benefícios	2.275	1.845
7.08.01.03	F.G.T.S.	594	545
7.08.01.04	Outros	245	304
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	165.686	156.940
7.08.02.01	Federais	114.948	108.192
7.08.02.02	Estaduais	396	365
7.08.02.03	Municipais	50.342	48.383
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	90.307	124.192
7.08.03.01	Juros	89.752	123.832
7.08.03.02	Aluguéis	555	360
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	137.276	133.763
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	137.276	133.763

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL NOVADUTRA

Julho a Setembro/2018

As informações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T17.

1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional foi de R\$ 331,5 milhões (+6,4%);
- O EBIT ajustado foi de R\$ 100,3 milhões (-2,5%) e a margem EBIT ajustada foi de 30,3% (- 2,7 p.p.);
- O EBITDA ajustado foi de R\$ 204,7 milhões (+7,3%) e a margem EBITDA ajustada foi de 61,7% (+0,4 p.p.);
- O lucro líquido foi de R\$ 57,4 milhões (-0,2%).

Indicadores [R\$ MM]	3ºT18	3ºT17	%
Receita Líquida Operacional*	331,5	311,5	6,4%
EBIT (ajustado)	100,3	102,9	-2,5%
Margem EBIT (Ajustada)	30,3%	33,0%	-2,7 p.p.
EBITDA (ajustado)	204,7	190,8	7,3%
Margem EBITDA (Ajustada)	61,7%	61,3%	0,4 p.p.
Lucro Líquido	57,4	57,5	-0,2%



**Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, receita acessória e deduções da receita, não englobando as receitas de construção.*

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unidades	3ºT18	3ºT17	Var. %
Veículos Equivalentes	40.336.192	40.373.268	-0,1%
Veículos Leves (Eq)	15.131.558	15.650.839	-3,3%
Veículos Pesados (Eq)	25.204.634	24.722.429	2,0%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (-0,1%) - (Veq¹)

Nosso tráfego consolidado apresentou uma pequena queda de 0,09% no 3T18 sobre o mesmo período de 2017. O crescimento dos veículos comerciais, que corresponde a aproximadamente 60% do tráfego da Via Dutra, não foi suficiente para superar as perdas nos veículos de passeio.

O índice ABCR apresentou queda de 2,7% no Brasil, com crescimento de 0,2% em São Paulo e queda de -2,2% no Rio de Janeiro.

Comentário do Desempenho

Veículos de passeio (-3,3%) - (Veq¹)

A categoria apresentou redução de 3,32% no 3T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Isso deve-se principalmente às incertezas no cenário econômico.

O índice ABCR Brasil de veículos de passeio no 3T18 em relação ao mesmo período de 2017 apresentou uma queda de 4,0%, sendo que em São Paulo a redução foi de 0,4% e no Rio de Janeiro de 2,2%.

Veículos comerciais (1,9%) - (Veq¹)

A categoria apresentou crescimento de 1,95% no 3T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Isso deve-se ao crescimento da produção industrial.

O índice ABCR Brasil de veículos comerciais no 3T18 em relação a 2017 teve um crescimento de 0,9%, sendo que em São Paulo o crescimento foi de 2,1% e no Rio de Janeiro houve queda de 2,73%.

1.3 – Revisão e reajustes de tarifas de pedágio

Quando comparado o valor da tarifa básica de pedágio do terceiro trimestre de 2018 com igual período do ano anterior, verifica-se que houve revisão e reajuste correspondente a R\$ 0,80 (5,56%), o que elevou a tarifa de pedágio da Via Dutra de R\$ 14,40 para R\$ 15,20 (vigente a partir de 03 de agosto de 2018).

O aumento ocorreu, principalmente, devido à variação de 4,39% no índice inflacionário que corrige a tarifa (IPCA) e da inclusão de novos investimentos na rodovia (Obras de Segurança – Implantação de Barreiras de Concreto, Defensas Metálicas, Atenuadores de Impacto, entre outros).

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta [R\$ mil]	3ºT18	3ºT17	Var. %
Receita de Pedágio	356.299	334.595	6,5%
Receitas Acessórias	6.768	6.564	3,1%
Receita de Construção	31.863	29.343	8,6%
Receita Bruta Total	394.930	370.502	6,6%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR NovaDutra, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receitas acessórias: Na comparação com o 3T17 houve aumento de 3,1% (R\$ 204 mil) acarretado pela reposição inflacionária entre os períodos.

Receita de construção: No 3T18 tivemos maiores gastos em obras de upgrade, principalmente na construção de diversas passarelas ao longo da Rodovia, na implantação do trevo Jacú-Pêssego localizado no km 213 – SP (Fase II), implantação de tela antiofuscante ao longo da Rodovia e melhoria no Trevo de Jacareí – Lado Norte (Fase II) - km 162,00 – SP (maiores detalhes no item 2).

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 3T18 (conforme demonstrado no quadro do item 1.1) foi 6,4% superior à do mesmo período do ano anterior, impactada pelo reajuste tarifário ocorrido em agosto desse ano.

Comentário do Desempenho

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de aproximadamente 8,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 6,5% no 3T18, em relação ao 3T17, totalizando o valor de R\$ 31,6 milhões.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ MM]	3ºT18	3ºT17	%
Custo de construção	31.863	29.343	8,6%
Provisão de manutenção	15.829	15.931	-0,6%
Depreciação e amortização	88.562	71.984	23,0%
Custos contratuais	6.013	5.696	5,6%
Serviços de terceiros	109.374	105.042	4,1%
Gastos com pessoal	5.438	5.410	0,5%
Materiais e gastos gerais	5.965	4.524	31,9%
Custos e despesas totais	263.044	237.930	10,6%

Os custos e as despesas totais ficaram 10,6% ou R\$ 25,1 milhões acima no 3T18 em relação ao 3T17. Se considerarmos apenas os gastos operacionais, houve um aumento de R\$ 6,1 milhões ou 5,1%. Abaixo, maiores detalhes.

Custo de construção: Os custos de construção aumentaram em R\$ 2,5 milhões no 3T18. O valor é contrapartida da receita de construção, anulando-se entre si. As principais variações que explicam o aumento, foram apresentadas no item “Receita de Construção”.

Provisão de manutenção: A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos, dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefícios econômicos, decorrente do volume de tráfego da rodovia. Os valores estão em linha entre os trimestres.

Depreciação e amortização: Se deve à depreciação/amortização do maior volume de investimentos incorridos pela Companhia que foram entregues no 3T18 na comparação com o 3T17 (conforme apresentado no item “Receita de Construção”).

Além disso, a proximidade com o fim da Concessão, faz com que mais investimentos sejam amortizados em um menor intervalo de tempo, gerando aumento no montante de amortização alocado no 3T18.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*all risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia. Os gastos no 3T18 ficaram 5,6% acima do 3T17 devido praticamente à reposição inflacionária entre os períodos analisados.

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos, sendo este último, referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. Tivemos uma variação de 4,1% entre os trimestres analisados, devido à reposição inflacionária.

Gastos com pessoal: Mesmo com o reajuste salarial entre os períodos, os valores do 3T18 ficaram apenas 0,5% acima em relação ao 3T17, principalmente em razão da redução do quadro de colaboradores.

Comentário do Desempenho

Materiais e gastos gerais: A variação negativa do 3T18 em comparação com o 3T17, se deve principalmente, aos maiores gastos com projetos sociais de incentivo à cultura e ao esporte, entre outros.

EBITDA E EBIT

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	3ºT18	3ºT17	Var. %
Lucro Líquido	57.370	57.507	-0,2%
(+) IR/CS	33.198	29.913	11,0%
(+) Resultado Financeiro	9.726	15.483	-37,2%
(+) Depreciação e Amortização	88.562	71.984	23,0%
EBITDA (a)	188.856	174.887	8,0%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>52,0%</i>	<i>51,3%</i>	<i>0,7 p.p.</i>
(+) Provisão de Manutenção (b)	15.829	15.931	-0,6%
EBITDA ajustado	204.685	190.818	7,3%
<i>Margem EBITDA ajustada (c)</i>	<i>61,7%</i>	<i>61,3%</i>	<i>0,4 p.p.</i>

Reconciliação EBIT (R\$ mil)	3ºT18	3ºT17	Var. %
Lucro Líquido	57.370	57.507	-0,2%
(+) IR/CS	33.198	29.913	11,0%
(+) Resultado Financeiro	9.726	15.483	-37,2%
EBIT (a)	100.294	102.903	-2,5%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>27,6%</i>	<i>30,2%</i>	<i>-2,6 p.p.</i>
Margem EBIT ajustada (c)	30,3%	33,0%	-2,7 p.p.

- (a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012;
- (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras;
- (c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro

	3ºT18	3ºT17	Var. %
Despesas financeiras	27.974	40.859	-31,5%
Juros e variações monetárias	13.708	13.352	2,7%
Perdas com operações de derivativos e <i>Fair Value Option</i>	8.537	19.953	-57,2%
Varição Cambial	-	1.265	-100,0%
Outras despesas financeiras	5.729	6.289	-8,9%
Receitas financeiras	18.248	25.376	-28,1%
Rendimento sobre aplicações	1.670	4.871	-65,7%
Ganhos com operações de derivativos e <i>Fair Value Option</i>	14.713	13.176	11,7%
Varição Cambial	-	4.567	-100,0%
Varição Monetária	1.750	2.659	-34,2%
Outras receitas financeiras	115	103	11,7%
Resultado financeiro líquido	9.726	15.483	-37,2%

Os valores referentes às operações de derivativos, *Fair Value Option* e variação cambial refletem a captação em 2015 de Debêntures, no valor de R\$ 610 milhões e de R\$ 210 milhões de dívidas em moeda

Comentário do Desempenho

estrangeira (empréstimo sob amparo da Lei nº 4131). Para estas dívidas, foram contratados mecanismos de proteção (*hedge* – SWAP) contra a variação monetária (IPCA) e variação cambial (dólar).

O resultado financeiro líquido no 3T18 ficou 37,2% abaixo do 3T17 devido aos seguintes fatores:

- I. **Juros e Variações monetárias:** Pequena perda no 3T18 com relação ao 3T17, devido ao aumento do IPCA entre os trimestres analisados;
- II. **Ganhos/Perdas com operações de derivativos, “Fair Value Option” e Variação cambial:** Ganho líquido no 3T18 em relação ao 3T17, devido à queda do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) entre os trimestres (2.4 p.p.) e liquidações, em 2017, de dois empréstimos em moeda estrangeira sob amparo da Lei nº 4131 (empréstimo realizado em moeda estrangeira e concedido às empresas brasileiras por um credor estrangeiro);
- III. **Rendimentos sobre aplicações/Outros:** Houve uma diminuição do nosso saldo médio de caixa em 42%, além de uma queda acentuada do CDI médio, quando comparado ao 3T17.

2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento na Rodovia Presidente Dutra.

Obras iniciadas no terceiro trimestre de 2018:

- ITEM 6.17 – OBRAS ADICIONAIS DE SEGURANÇA:
 - Obras de Segurança Rio de Janeiro;
- ITEM 6. 18 – OBRAS ADICIONAIS DE SEGURANÇA:
 - Obras de Segurança São Paulo;

Obras em andamento no terceiro trimestre de 2018:

- ITEM 1.2.3 – RECUPERAÇÃO, REFORÇO E ALARGAMENTO:
 - Ponte sobre o rio Sarapuí km 172,24, Pista Norte – RJ;
 - Ponte sobre o córrego Pau D’alho km 251,95, Pista Sul – RJ;
 - Ponte sobre o rio Portinho km 309,73, Pista Norte – RJ;
 - Viaduto sobre a RFFSA km 322,33, Pista Sul – RJ;
 - Ponte sobre o rio Entupido km 10,86, Pista Sul – SP
 - Ponte sobre o córrego Sapê km 35,780, Pista Norte – SP;
 - Viaduto de acesso a Lorena km 52,79 – Pista Sul – SP;
 - Viaduto de acesso a Lorena km 52,79 – Pista Norte – SP;
 - Viaduto Jararaca km 63,73, Pista Norte – SP.
- ITEM 6.13 – IMPLANTAÇÃO DE PASSARELAS:
 - Passarela km 54,50 – SP;
 - Passarela km 77,60 – SP;
 - Passarela km 81+80 – SP;
 - Passarela km 142,140 – SP.
- ITEM 6.2 – IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS COM PROJETO DEFINIDO:
 - Implantação Trevo Jacu Pêssego, km 213 – SP (Fase II).

Comentário do Desempenho

- ITEM 6.16 – OUTRAS MELHORIAS DA RODOVIA:
 - Trevo de Jacareí – Lado Norte (Fase II) - km 162,00 – SP.

Obras concluídas no terceiro trimestre de 2018:

- ITEM 1.2.3 – RECUPERAÇÃO, REFORÇO E ALARGAMENTO:
 - Viaduto Jararaca km 63,73, Pista Sul – SP;
 - Ponte sobre o rio Alambari km 304,95, Pista Sul – RJ.
- ITEM 6.13 – IMPLANTAÇÃO DE PASSARELAS:
 - Passarela km 200,13 – RJ;
 - Passarela km 172,40 – RJ;
 - Passarela km 201,70 – SP.
- ITEM 6.11.6 – IMPLANTAÇÃO DE TELAS ANTIOFUSCANTES:
 - Implantação de Telas Antiofuscantes Rio de Janeiro;
 - Implantação de Telas Antiofuscantes São Paulo.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de acidentes [unidade]	3ºT18	3ºT17	Var.%
Total de acidentes	1.976	2.221	-11,0%
Total de vítimas	944	1.167	-19,1%

4.Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária Rodovia Presidente Dutra S/A – NovaDutra S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116/RJ/SP), KM 184,3/SP, Bairro Morro Grande, na cidade de Santa Isabel, estado de São Paulo.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2014;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;

Nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, exceto para o abaixo descrito:

Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a Companhia, sua controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado pela sua controladora CCR S.A., divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Notas Explicativas

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “*MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin*”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a controladora CCR S.A., respondendo a Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que, em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a CCR S.A., foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos. Ademais, a CCR S.A. ressaltou também que os trabalhos do Comitê ainda não haviam se encerrado, e que, portanto, as investigações conduzidas sob sua supervisão não haviam sido concluídas.

Em 26 de setembro de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante informando que, em decorrência da 55ª fase da Lava Jato – Operação Integração – conduzida pela Polícia Federal, foram realizadas busca e apreensão de documentos na sede da CCR S.A., na sede de sua controlada RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., bem como na residência de ex-executivo e executivos do Grupo, dentre eles, o ex-Diretor Presidente da RodoNorte e o Diretor Operacional da RodoNorte, sendo estes dois últimos detidos temporariamente naquela data, porém, já liberados, sendo que o primeiro por decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o segundo por decisão do Supremo Tribunal Federal. Ambos renunciaram formalmente aos cargos de Diretoria que ocupavam na RodoNorte em 26 de abril de 2018 e em 27 de setembro de 2018, respectivamente.

Em 04 de outubro de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou dois Fatos Relevantes informando que, naquela data, o Governo do Estado do Paraná publicou, no Diário Oficial do Estado, o Decreto nº 11.243/18 (“Decreto”), que declarou a intervenção do Governo do Estado do Paraná no Contrato de Concessão nº 75/1997 (“Contrato”), celebrado pela RodoNorte, por intermédio do DER/PR. O Decreto entrou em vigor na data de sua publicação, sendo que a intervenção tem prazo de duração inicial limitado a 180 dias, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, e não estão compreendidos nos poderes atribuídos ao interventor o exercício de atos de gestão da RodoNorte. Dentre as motivações para a decretação da intervenção no Contrato, constou a deflagração da 55ª fase da Lava Jato e os fatos que estão sendo por ela apurados.

Em 09 de outubro de 2018, a RodoNorte recebeu o Ofício nº 005/2018-PA, por meio do qual a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná informou a instauração de Processo Administrativo nº 15.417.882-1/2018, com fundamento na Lei nº 12.846/2013 e art. 4º do Decreto nº 10.271/2014, para apuração da conduta e eventuais responsabilidades da RodoNorte e das outras concessionárias de rodovias do Estado, em face dos fatos que estão sendo apurados pela 55ª Fase da Operação Lava Jato. O referido Ofício não abriu prazo para a apresentação de informações ou de defesa. Estão sendo adotadas as medidas necessárias à defesa dos interesses e direitos contratualmente assegurados da CCR S.A. e da RodoNorte.

Em 11 de outubro de 2018, a CCR S.A. divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Juízo da 1ª Vara Federal do Paraná proferiu decisão, nos autos da Ação de Procedimento Comum nº 5045805-58.2018.4.04.7000 proposta pela RodoNorte contra o Governo do Estado do Paraná e outros, deferindo liminar para fins de, relativamente ao Decreto nº 11.243/18 do Governo do Estado do Paraná, determinar que onde está escrito “intervenção” leia-se “inspeção”, onde está escrito “interventor” leia-se “inspetor”. A liminar concedida baseou-se no fato de que a motivação do decreto de intervenção demonstra que a finalidade daquela norma não seria a assunção da gestão da concessão para garantir cumprimento do contrato e da lei, conforme preceitua o art. 32 da Lei 8.987/95, mas somente a garantia da inspeção e fiscalização das concessionárias. Assim sendo, a CCR S.A. esclareceu, no Fato Relevante, que, por força da referida liminar, não há intervenção na concessão administrada pela RodoNorte. Há, tão somente, a “inspeção”, que atribui ao Poder Concedente apenas

Notas Explicativas

o poder de fiscalização da concessão (poder este que desde sempre foi garantido ao Poder Concedente pela cláusula XXIII, alínea “a” do Contrato de Concessão). A gestão da concessão permanece sob a responsabilidade da RodoNorte.

Em 15 de outubro de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou Fato Relevante citando que segue no firme propósito de contribuir com as autoridades para que a investigação em curso elucide os fatos veiculados recentemente na mídia, sendo certo que o Comitê Independente segue coordenando e supervisionando o trabalho de investigação e que o mesmo reportará os resultados ao Conselho de Administração tão logo este processo seja concluído.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto nestas informações trimestrais.

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia e, com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia e sua controladora CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações financeiras trimestrais e concluiu que os fatos conhecidos veiculados e os valores correspondentes, considerados isoladamente (ou seja, sem que sejam levadas em conta eventuais penalidades, descritas no parágrafo anterior), se de fato configurarem ilícitos, não trariam efeitos materiais às mesmas.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 24 de outubro de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	82.608	82.608
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	921	921

ii. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional relevante nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

Notas Explicativas

iii. Contabilidade de hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 99.842 (R\$ 262.874 em 31 de dezembro de 2017), substancialmente compostos por debêntures a pagar e provisão de manutenção, detalhados nas notas explicativas nº 12 e nº 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	15.366	5.070
	<u>15.366</u>	<u>5.070</u>
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	168.700	48.580
	<u>168.700</u>	<u>48.580</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 98,72% do CDI, equivalente a 6,42% ao ano (98,36% do CDI, equivalente a 9,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	6.671	9.270
Pedágio eletrônico (b)	79.207	73.568
	<u>85.878</u>	<u>82.838</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(305)	(230)
	<u>85.573</u>	<u>82.608</u>

Notas Explicativas

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Crédito a vencer	85.467	82.262
Créditos vencidos até 60 dias	86	345
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	20	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	137	73
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	<u>168</u>	<u>157</u>
	<u>85.878</u>	<u>82.838</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber de pedágio eletrônico (AVI e vale pedágio), decorrentes de tarifas de pedágio que serão recebidos em um prazo médio de 30 dias; e
- (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para cada negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>01/07/2018 a 30/09/2018</u>	<u>01/01/2018 a 30/09/2018</u>	<u>01/07/2017 a 30/09/2017</u> (Reclassificado) (*)	<u>01/01/2017 a 30/09/2017</u> (Reclassificado) (*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	90.568	213.082	87.420	204.064
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(30.793)	(72.448)	(29.723)	(69.382)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis (a)	(960)	(1.165)	(155)	(642)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(556)	(855)	(62)	(451)
Incentivos relativos ao imposto de renda	997	1.086	25	302
Outros ajustes tributários (a)	<u>(1.886)</u>	<u>(2.424)</u>	<u>2</u>	<u>(128)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(33.198)</u>	<u>(75.806)</u>	<u>(29.913)</u>	<u>(70.301)</u>
Impostos correntes	(23.839)	(62.782)	(35.565)	(93.441)
Impostos diferidos	<u>(9.359)</u>	<u>(13.024)</u>	<u>5.652</u>	<u>23.140</u>
	<u>(33.198)</u>	<u>(75.806)</u>	<u>(29.913)</u>	<u>(70.301)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>36,66%</u>	<u>35,58%</u>	<u>34,22%</u>	<u>34,45%</u>

(*) Refere-se a abertura/reclassificação entre linhas para melhor apresentação.

- (a) O valor inclui os efeitos de pagamento de R\$ 1.251 a título de IR e CS (incluindo multa e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem as seguintes origens:

	31/12/2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 30/09/2018		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	648	(53)	595	595	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	78	29	107	107	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	5.281	(979)	4.302	4.302	-
Varição cambial	544	(544)	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	(20.495)	(1.370)	(21.865)	-	(21.865)
Provisão de manutenção	102.862	(13.229)	89.633	89.633	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(30.746)	3.094	(27.652)	68.946	(96.598)
Provisão para perda de investimentos	123	-	123	123	-
Provisão para Fornecedores	7	(7)	-	-	-
Outros	-	35	35	35	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	58.302	(13.024)	45.278	163.741	(118.463)
Compensação de imposto	-	-	-	(118.463)	118.463
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	58.302	(13.024)	45.278	45.278	-

	31/12/2016	Reconhecido no resultado	Saldo em 30/09/2017		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	929	(443)	486	486	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	35	21	56	56	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	6.061	428	6.489	6.489	-
Varição cambial	(12.305)	5.395	(6.910)	-	(6.910)
Resultado de operações com derivativos	(12.180)	(26)	(12.206)	-	(12.206)
Provisão de manutenção	90.159	14.415	104.574	104.574	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(34.925)	3.481	(31.444)	82.723	(114.167)
Provisão para perda de investimentos	123	-	123	123	-
Provisão para Fornecedores	131	(131)	-	-	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	38.028	23.140	61.168	194.451	(133.283)
Compensação de imposto	-	-	-	(133.283)	133.283
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	38.028	23.140	61.168	61.168	-

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Transações							
	01/07/2018 a 30/09/2018				01/01/2018 a 30/09/2018			
	Serviços prestados	Aquisição de Intangível	Receita	Despesa financeira	Serviços prestados	Aquisição de Intangível	Receita	Despesa financeira
Controladora								
CCR S.A.	5.124 (a)	-	-	247 (g)	15.371 (a)	-	-	736 (g)
Outras partes relacionadas								
CPC	6.369 (b)	-	-	-	19.109 (b)	-	-	-
Serveng Civisan S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	10.003 (c)	-	-	-	22.883 (c)	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	90.761 (d)	-	-	-	265.443 (d)	-	-	-
Samm	149 (i)	-	305 (e)	-	436 (i)	-	949 (e)	-
Total	102.403	10.003	305	247	300.359	22.883	949	736

	Transações							
	01/07/2017 a 30/09/2017				01/01/2017 a 30/09/2017			
	Serviços prestados	Aquisição de Intangível	Receita	Despesa financeira	Serviços prestados	Aquisição de Intangível	Receita	Despesa financeira
Controladora								
CCR S.A.	4.953 (a)	-	-	354 (g)	14.860 (a)	-	-	609 (g)
Outras partes relacionadas								
CPC	5.873 (b)	-	-	-	18.910 (b)	-	-	-
Serveng Civisan S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	4.084 (c)	-	-	-	7.798 (c)	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	84.785 (d)	-	-	-	250.915 (d)	-	-	-
Samm	-	-	311 (e)	-	-	-	963 (e)	-
Rodoanel Oeste	-	-	-	-	-	-	-	613 (g)
Total	95.611	4.084	311	354	284.685	7.798	963	1.222

	Saldos					
	30/09/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Cessão onerosa	Contas a pagar	Contas a receber	Cessão onerosa	Contas a pagar
Controladora						
CCR S.A.	-	15.056 (g)	1.603 (a)	13 (f)	14.825 (g)	1.551 (a)
Outras partes relacionadas						
CPC	3 (b)	-	1.993 (b)	-	-	2.126 (b)
Serveng Civisan S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	-	3.827 (c)	-	-	6.416 (c)
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	-	35.624 (d)	-	-	27.212 (d)
Samm	734 (e)	-	51 (e)	795 (e)	-	-
Metrô Bahia	-	-	-	109 (f)	-	38 (f)
Companhia Operadora de Rodovia	2 (f)	-	3 (f)	4 (f)	-	4 (f)
Total circulante	467	406	43.101	590	175	34.309
Total não circulante	272	14.650	-	331	14.650	3.038
Total	739	15.056	43.101	921	14.825	37.347

Despesas com profissionais-chave da administração:

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Remuneração (h):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	357	1.525	576	1.561
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	273	818	247	741
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	2.598	-	1.063
Previdência privada	-	-	10	29
Seguro de vida	1	2	1	3
	631	4.943	834	3.397

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	30/09/2018	31/12/2017
Remuneração dos administradores (h)	922	1.192

Notas Explicativas

Na AGO realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.000, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR, através de sua Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos encabeçamentos e capeamentos, distribuídos em vários pontos, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 06 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém para novos trechos da rodovia, com vigência de 06 de junho de 2017 a 02 de dezembro de 2020;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGPM;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (g) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, estão sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria; e
- (i) Prestação de serviços de transmissão de dados.

Notas Explicativas

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/09/2018		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.540	-	(16)	3	4.527
Máquinas e equipamentos	50.025	-	(70)	7.544	57.499
Veículos	33.396	-	(1.075)	2.648	34.969
Terrenos	2.074	-	-	-	2.074
Equipamentos operacionais	86.506	-	(17)	3.348	89.837
Imobilizações em andamento	19.276	15.862	-	(16.605)	18.533
	<u>195.817</u>	<u>15.862</u>	<u>(1.178)</u>	<u>(3.062)</u>	<u>207.439</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.105 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 567 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2018 foi de 0,40% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,21% a.m. no período de nove meses de 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017		30/09/2018	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(3.372)	(282)	15	(3.639)
Máquinas e equipamentos	13	(34.266)	(6.222)	59	(40.429)
Veículos	25	(25.570)	(3.513)	740	(28.343)
Equipamentos operacionais	13	(68.973)	(5.912)	15	(74.870)
		<u>(132.181)</u>	<u>(15.929)</u>	<u>829</u>	<u>(147.281)</u>

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

11. Ativo intangível

Movimentação do custo

	31/12/2017		30/09/2018	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.668.148	88.101	1	2.756.250
Direitos de uso de sistemas informatizados	16.635	-	3.061	19.696
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	6.184	-	-	6.184
	<u>2.690.967</u>	<u>88.101</u>	<u>3.062</u>	<u>2.782.130</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.724 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 4.191 no período de nove meses de 2017). A taxa média de capitalização no período de nove meses findo em 2018 foi de 0,40% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,21% a.m. no período de nove meses de 2017.

Notas Explicativas

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2017	30/09/2018	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(1.568.116)	(229.084)	(1.797.200)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(13.813)	(1.001)	(14.814)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(6.179)	(5)	(6.184)
		<u>(1.588.108)</u>	<u>(230.090)</u>	<u>(1.818.198)</u>

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.
 (b) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Debêntures

Série	Taxas Contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento Final	30/09/2018	31/12/2017
4a Emissão - Série única (a)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	Agosto de 2020	430.581	500.036 (b)
				<u>430.581</u>	<u>500.036</u>
Circulante					
Debêntures				<u>184.993</u>	<u>182.174</u>
Não Circulante					
Debêntures				<u>245.588</u>	<u>317.862</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

Garantias:

- (b) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/09/2018
2019	82.742
2020	<u>162.846</u>
Total	<u>245.588</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação.

Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	31/12/2017		30/09/2018			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Cíveis	14.396	5.594	(3.009)	(6.613)	2.054	12.422
Trabalhistas	1.136	639	(330)	(1.251)	36	230
Total	15.532	6.233	(3.339)	(7.864)	2.090	12.652

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/09/2018	31/12/2017
Cíveis e administrativos	18.530	6.190
Trabalhista	33	78
Tributárias	5.380	19.650
	23.943	25.918

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 35.542 (R\$ 33.843 em 31 de dezembro de 2017).

14. Provisão de manutenção

	31/12/2017		30/09/2018			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	113.986	15.089	7.642	(105.298)	50.830	82.249
Não circulante	188.554	30.072	13.579	-	(50.830)	181.375
	302.540	45.161	21.221	(105.298)	-	263.624

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

15. Patrimônio Líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Notas Explicativas

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Numerador				
Lucro líquido disponível	57.370	137.276	57.507	133.763
De nominador				
Média ponderada de ações - ordinárias e preferenciais	128.766.186	128.766.186	128.766.186	128.766.186
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$	0,44554	1,06609	0,44660	1,03881
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$	0,44554	1,06609	0,44660	1,03881

b. Dividendos

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos do exercício de 2017 no montante de R\$ 54.082, correspondente a R\$ 0,42 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2018.

c. Capital Social

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento de capital social no montante de R\$ 7.534, mediante a capitalização de parte do saldo da “Reserva Legal”.

16. Receitas

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Receitas de pedágio	356.299	983.510	334.595	944.978
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	31.863	82.242	29.343	72.358
Receitas acessórias	6.463	19.759	6.253	19.841
Receita de partes relacionadas	305	949	311	963
Receita bruta	394.930	1.086.460	370.502	1.038.140
Impostos sobre receitas	(31.521)	(87.227)	(29.599)	(83.821)
Devoluções e abatimentos	(71)	(189)	(70)	(183)
Deduções da receita bruta	(31.592)	(87.416)	(29.669)	(84.004)
Receita líquida	363.338	999.044	340.833	954.136

17. Resultado financeiro

	01/07/2018 a 30/09/2018	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.617)	(20.530)	(9.536)	(30.020)
Variação monetária sobre debêntures	(6.844)	(14.991)	(3.462)	(13.932)
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	(1.265)	(10.502)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(6.418)	(21.221)	(7.421)	(21.521)
Perda com operações de derivativos	(6.408)	(25.457)	(9.139)	(26.393)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.754	8.829	1.460	4.758
Valor justo sobre empréstimos (<i>fair value hedge</i>)	(2.129)	(4.196)	(10.814)	(19.546)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(247)	(736)	(354)	(1.222)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.065)	(2.872)	(328)	(1.323)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	(1)	-	(1)
	(27.974)	(81.175)	(40.859)	(119.702)
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	4.567	16.149
Variação monetária sobre debêntures	1.750	1.869	2.659	2.659
Ganho com operações de derivativos	9.420	32.659	12.930	25.493
Valor justo sobre financiamentos e debêntures (<i>fair value hedge</i>)	5.293	12.826	246	2.290
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.670	4.224	4.871	16.493
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	3	3	-	9
Juros e outras receitas financeiras	112	663	103	477
	18.248	52.244	25.376	63.570
Resultado financeiro líquido	(9.726)	(28.931)	(15.483)	(56.132)

Notas Explicativas

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2018			31/12/2017		
	Valor justo através de resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através de resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	168.700	-	-	48.580	-	-
Contas a receber	-	85.573	-	-	82.608	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	739	-	-	921	-
Contas a receber - operações com derivativos	75.793	-	-	80.276	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(430.581)	-	-	(500.036)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(36.956)	-	-	(45.632)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(43.101)	-	-	(37.347)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(15.056)	-	-	(14.825)
Juros sobre capital próprio	-	-	(26.037)	-	-	(26.037)
Total	(186.088)	86.312	(121.150)	(371.180)	83.529	(123.841)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- **Aplicações financeiras** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da conta do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores – partes relacionadas e mútuo – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** – Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures

Notas Explicativas

fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 418.914 (R\$ 479.738 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhado abaixo.

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	418.914

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	168.700	48.580
Derivativos a receber/(a pagar)	75.793	80.276
Debêntures	(430.581)	(500.036)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Riscos cambiais	-	(16.130)
Riscos de juros	<u>7.202</u>	<u>15.230</u>
	<u>7.202</u>	<u>(900)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Agosto de 2020	418.914	(47.017)	(52.065)	(57.113)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(209.534)	23.517	26.042	28.567
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	177.275	(11.468)	(14.335)	(17.202)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(209.269)	23.487	26.009	28.531
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	177.219	(11.336)	(14.170)	(17.004)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)		120.030	7.577	9.471	11.364
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (4)		48.670	2.986	3.731	4.476
Efeito líquido				<u>(12.254)</u>	<u>(15.317)</u>	<u>(18.381)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			6,39%	7,99%	9,59%
	IPC-A ⁽³⁾			4,69%	5,87%	7,04%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 28/09/2018, divulgada pela B3/CETIP;

Notas Explicativas

- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada IBGE;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 28/09/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>283.199</u>	<u>305.522</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a.* A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.
- b.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no semestre findo em 30 de setembro de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>(866)</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(866)</u>	<u>-</u>
Adições ao ativo intangível	<u>866</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>866</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento.

	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos e JCP a pagar	Operações com derivativos	Total
Saldo Inicial	(500.036)	(14.825)	(26.037)	80.276	(460.622)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamentos de principal e juros	94.477	505	-	-	94.982
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	(11.685)	(11.685)
Dividendos pagos	-	-	54.082	-	54.082
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	94.477	505	54.082	(11.685)	137.379
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(33.652)	(736)	-	-	(34.388)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	8.630	-	-	7.202	15.832
Constituição de dividendos a pagar	-	-	(54.082)	-	(54.082)
Total das outras variações	(25.022)	(736)	(54.082)	7.202	(72.638)
Saldo Final	<u>(430.581)</u>	<u>(15.056)</u>	<u>(26.037)</u>	<u>75.793</u>	<u>(395.881)</u>

21. Eventos subsequentes

Em 05 de outubro de 2018, foi integralizada a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 60.000, com vencimento em 20 de setembro de 2019. A remuneração é de 105,5% do CDI, com jutos e amortização a serem pagos no vencimento.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Izabel - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Processo interno de investigação

Conforme citado na Nota Explicativa nº1 às informações trimestrais, a Companhia, sua controladora CCR S.A. e determinadas entidades integrantes do Grupo CCR, foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos indevidos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Adicionalmente, em decorrência da 55ª fase da Lava Jato – Operação Integração – conduzida pela Polícia Federal, foram realizadas busca e apreensão de documentos na sede da RodoNorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., empresa do Grupo CCR, e na sede de sua controladora CCR S.A., bem como na residência de executivos e ex-executivo do Grupo CCR. Conforme mencionado na referida nota, o Conselho de Administração de sua controladora CCR S.A. criou um Comitê de Investigação Independente que, em conjunto com assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciou investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações trimestrais acima citadas e concluiu que, se houver, tais efeitos não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos futuros à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846/ 2013 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de outubro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.

Santa Isabel/SP, 25 de outubro de 2018.

JOSÉ HERZEN SALGADO ALVES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2018.

Santa Isabel/SP, 25 de outubro de 2018.

JOSÉ HERZEN SALGADO ALVES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA

DIRETOR OPERACIONAL

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Complemento no contexto operacional.